

CPI dos Correios prepara esboço do relatório final

O esboço do relatório final da CPI dos Correios foi discutido ontem pelo presidente da comissão, senador Delcídio Amaral, com o relator Osmar Serraglio e o relator-adjunto Eduardo Paes. Serraglio informou que pretende apresentar o documento final entre 10 e 15 de março. O esboço mostrado pelos técnicos da CPI destaca uma série de itens, começando pelo valerioduto, que menciona as origens dos recursos do chamado mensalão. O relatório deverá conter ainda os resultados dos trabalhos das diversas sub-relatorias.

Página 4



Entre Fernando Pereira (E) e Efraim Morais, Ricardo Silveiras fala à CPI dos Bingos

Veto a projeto sobre caça-níqueis acende debate em Plenário

A leitura, feita por Aloizio Mercadante, de carta criticando veto do governador paulista a projeto que proíbe caça-níqueis gerou polêmica. Tasso Jereissati disse que a proposta é inconstitucional, e Antonio Carlos Magalhães afirmou que o governo federal não quer apurar os fatos.

Página 5

Promotores não vêem crime político na morte de Toninho

Os promotores de Justiça Ricardo Silveiras e Fernando Pereira Vianna Neto afirmaram não haver provas de que tenha sido crime político o assassinato de Toninho do PT, ex-prefeito de Campinas. Segundo eles, não foram encontrados indícios que vinculem o caso à morte de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André.

Ricardo Silveiras observou que "Toninho foi morto a tiros, enquanto Celso Daniel foi vítima de torturas graves". Em outro depoimento à CPI dos Bingos, o motorista Éder Eustáquio Macedo negou ter ajudado a transportar, em julho de 2002, dólares supostamente doados pelo governo cubano à campanha do PT.

Página 4

Dinheiro público recuperado pode ajudar crianças

O Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente pode ficar com o dinheiro público desviado ilegalmente, mas recuperado pelo Estado. A idéia, prevista em projeto de lei, foi defendida ontem pela senadora Patrícia Saboya.

Página 6

Parlamentares querem evitar que pessoas no auge da experiência sejam afastadas do serviço público

Senadores pedem à Câmara que vote compulsória aos 75

A aposentadoria compulsória – que hoje afasta do serviço público pessoas que, aos 70 anos, atingem o auge da experiência – foi debatida ontem pelos senadores. A discussão começou quando o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou a aposentadoria do ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribu-

nal Federal. Renan lamentou o fato de o autor de propostas para combater vícios do processo eleitoral seja obrigado a deixar o Supremo por atingir 70 anos. Vários parlamentares pediram à Câmara que vote emenda que fixa a compulsória em 75 anos, aprovada pelo Senado no ano passado.

Página 2



Renan lembra que Velloso fez propostas importantes para mudar legislação eleitoral



Patrícia Saboya (à esquerda, com Fátima Cleide e Ana Júlia) é autora da proposta

Ao despedir-se do ministro Carlos Velloso, presidente do Senado afirma que muitos servidores que se aposentam atualmente com 70 anos estão no auge da experiência

Aposentadoria compulsória provoca debate no Plenário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, despediu-se, na tribuna do Plenário, do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Mário Velloso, aproveitando para defender a proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia para 75 anos a idade máxima para o exercício do serviço público. Hoje, a aposentadoria compulsória é atingida aos 70 anos – período em que muitos, como o próprio Velloso, avalia Renan, chegam ao topo da experiência e da capacidade intelectual.

A PEC 42/03 já foi aprovada no Senado e agora tramita na Câmara. Ela estabelece que o servidor público, em geral, poderá aposentar-se aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar. E



Presidente do TSE, ministro Carlos Velloso aposenta-se, em 2006, aos 70 anos

libera da necessidade de aguardar lei complementar os ministros do STF, dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU) – que, portanto, poderão continuar no exercício da função até os 75 anos de idade assim que entrar em vigor a emenda constitucional.

Renan lembrou que foi Velloso

quem, preocupado com a lisura do processo eleitoral, “cujos erros e vícios ficaram ainda mais expostos diante da atual crise política”, enviou ao Congresso, em dezembro passado, quatro “valiosos” projetos de mudança na legislação eleitoral brasileira. As propostas passaram a tramitar na Casa, tendo como primeiro signatário o presidente do Senado.

Foro privilegiado

No mesmo discurso, Renan lamentou o fato de algumas leis brasileiras ficarem ultrapassadas e disse que já pediu ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, que aquela Casa vote logo proposta de emenda à Constituição que disciplina o foro de jurisdição a que estão submetidos os parlamentares, o presidente e o vice-presidente da República.

Atuação de Carlos Velloso recebe elogios de senadores

Em apartes ao discurso de Renan Calheiros, na sessão de ontem, vários senadores, entre eles Heloísa Helena (PSOL-AL), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Eduardo Suplicy (PT-SP), lamentaram a aposentadoria compulsória do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Mário Velloso.

Heloísa Helena frisou que, na luta pelo registro do PSOL junto à Justiça Eleitoral, recebeu do ministro Velloso tratamento isento e

justo. Os senadores defenderam a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que fixa em 75 anos a idade da aposentadoria compulsória do servidor público.

Gerson Camata (PMDB-ES) disse sentir-se feliz com a solidariedade dos senadores ao presidente do TSE. Heráclito Fortes (PFL-PI), José Agripino (PFL-RN), Wellington Salgado (PMDB-MG), Edison Lobão (PFL-MA) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) também manifestaram apoio ao ministro Carlos Velloso.

Voto de pesar pela morte de deputado

O Senado Federal encaminhará voto de pesar requerido pelo senador Magno Malta (PL-ES) – e subscrito pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e João Batista Motta (PSDB-ES) – pelo falecimento do deputado estadual do Espírito Santo Edson Vargas, ocorrido na tarde de ontem. O parlamentar capixaba morreu em decorrência de acidente automobilístico no trevo de Aracruz (ES).

Para Heráclito, governo quis prejudicar imagem do Congresso

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou ontem que a autoconvocação do Congresso foi consequência de “uma manobra ardilosa” do governo. Ele disse que o governo sabia da necessidade de votar projetos durante os meses de recesso e deixou para o Legislativo o ônus da convocação para voltar a opinião pública contra os parlamentares.

O senador criticou novamente a inclusão na pauta do projeto de lei que amplia o número de deputados na Câmara (PLC 180/97). Segundo Heráclito, isso foi outra tentativa de prejudicar a imagem



Heráclito: “manobra ardilosa” voltou a opinião pública contra os parlamentares

dos congressistas.

Conforme Sibá Machado (PT-AC), a proposta seria apreciada durante a convocação a pedido do deputado Alberto Goldman (SP), líder do PSDB na Câmara.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx>

Plenário do Senado realiza sessão não-deliberativa

A sessão de hoje do Plenário do Senado, prevista para começar às 9h, é não-deliberativa. Sem a votação de matérias, destina-se a pronunciamentos de parlamentares e a comunicados da Mesa diretora. Os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Tião Viana (PT-AC) são os três primeiros oradores inscritos.

Diretor da Polícia Federal fala à CPI dos Correios

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, ouve, na terça-feira, Paulo Lacerda, diretor-geral da Polícia Federal, às 10h, e Sérgio Fernando Moro, juiz da Segunda Vara da Justiça Federal de Curitiba, às 14h. No mesmo dia, às 14h, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão toma os depoimentos de José Raphael Oliveira da Silva, Fernando César Braz Teixeira e Gildásio Amado Filho, dirigentes e ex-dirigentes da Núcleo Instituto de Seguridade Social. Na quarta-feira, Paulo Roberto Menicucci e José Otaviano Pereira, diretores dos Correios, falam à Sub-Relatoria de Contratos, às 14h.

Orçamento discute relatórios setoriais

Na terça-feira, às 10h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove reunião para dar continuidade ao exame dos relatórios setoriais à Lei Orçamentária de 2006. Relator da área de Trabalho, Previdência e Assistência Social, o senador João Ribeiro (PL-TO) recomenda ao relator-geral do Orçamento que o salário mínimo seja de pelo menos R\$ 340.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Wellington Salgado, João Batista Motta e Gilvam Borges



Eduardo comunica liberação de recursos para Norte-Sul e outras obras no estado

Eduardo destaca esforço da bancada do Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) aplaudiu ontem os bons resultados obtidos pelo trabalho da bancada parlamentar do Tocantins, que conseguiu liberar recursos para obras prioritárias do estado, como a Ferrovia Norte-Sul.

Segundo disse, em 2004 foram empenhados e pagos R\$ 68 milhões e, ano passado, R\$ 199 milhões dos R\$ 324 milhões previstos nas emendas. O restante, afirmou, será pago nos próximos meses.

– Podem ter certeza, a Ferrovia Norte-Sul chegará a Araguaína e não vai demorar muito – garantiu Eduardo, lembrando a importância da obra para o escoamento da safra agrícola do estado, em especial da soja.



Leonel Pavan pede obra de prevenção, com a construção de açudes e tanques

Pavan cobra ação eficaz contra a seca no Sul do país

Leonel Pavan (PSDB-SC) reclamou da falta de planejamento do governo federal com relação à estiagem no Sul do país, que, segundo advertiu, mais uma vez castiga os agricultores.

– O governo federal gasta, para atenuar os efeitos da seca, o dobro de recursos que gastaria se fizesse obras de prevenção como açudes, tanques e enviasse carros-pipa. Temos o Aquífero Guarani que deve durar mais de 10 milhões de anos; bastaria construir poços.

Pavan também comunicou que será inaugurada neste domingo, na localidade de Vígolo, município de Nova Trento (SC), a Igreja de Santa Madre Paulina.

Presidente do Senado afirma que a vocação brasileira para o crescimento não pode ser engessada por uma "política absurda" que torna especulativo o investimento

Renan vê tendência para queda contínua da taxa de juros no país

O presidente do Senado, Renan Calheiros, classificou ontem como “muito importante” a redução da taxa de juros em 0,75%, decidida na quarta-feira pelo Conselho de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Para o senador, embora alguns considerem o corte pequeno, a decisão indica uma tendência de que a taxa de juros continuará caindo.

– O Brasil precisa muito dessa redução, porque o crescimento econômico está diretamente ligado à taxa de juros. O crescimento é uma vocação do nosso país. Por mais de 50 anos, o Brasil foi o país que mais cresceu economicamente no mundo. Essa vocação não pode ser engessada por uma taxa absurda que transforma o investimento, que deveria ser



Renan: atuação do Congresso na semana demonstrou a validade da convocação

produtivo, em investimento especulativo – observou o senador, em entrevista à imprensa.

Fazendo um balanço da semana no Congresso Nacional, Renan disse que os trabalhos desse período já demonstraram a validade da convocação ex-

traordinária. Ele ressaltou que na quarta-feira o Senado votou 11 matérias, inclusive o fim do pagamento de salário extra aos parlamentares nas convocações extraordinárias. O senador afirmou também que, não havendo consenso quanto à redução do recesso parlamentar para 55 dias, colocará em votação todas as propostas existentes.

Renan informou ter combinado com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, que a matéria será votada na quarta-feira. Ele lembrou que a pauta foi trancada novamente por duas medidas provisórias e, como há um acordo para que sejam destinados dois dias à negociação dessas MPs, só deverão ocorrer votações no Plenário na quarta-feira.

Mercadante diz que há espaço para diminuição do índice

O líder do governo no Senado Federal, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu, em discurso no Plenário, a redução da taxa de juros. Para o parlamentar, o fato de o Brasil ter conseguido pagar antes do prazo previsto dívidas contratadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e controlar a inflação dão espaço na política monetária para a diminuição dos juros praticados no país.

– Seria muito oportuno que acelerássemos essa trajetória de queda – considerou o senador.

Durante o pronunciamento, Mercadante abordou outros temas. Destacou a importância do PMDB para garantir a governabilidade e observou que sempre foi defensor de uma aliança estratégica do seu partido com aquela agremiação. Mas afirmou que o PT jamais interferirá na possibilidade de o PMDB decidir por apresentar uma candidatura própria à eleição para a Presidência da República.

Em relação à denúncia de que a usina hidrelétrica de Itaipu teria um caixa dois de US\$ 2 bilhões, o senador disse que a binacional não movimenta recursos desse volume, o que, matematicamente, torna a denúncia inválida.



Segundo Osmar, agricultores pleiteiam parcelamento da dívida e seguro rural

Osmar alerta para possibilidade de novo "tratoço"

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou ontem, em Plenário, que Brasília poderá assistir a uma nova manifestação dos produtores rurais, semelhante ao "tratoço" que trouxe à capital 20 mil agricultores de todo o país, em junho do ano passado. O senador disse que produtores de Campos Gerais (PR) estão protestando contra a política agrícola do governo e que o movimento poderá chegar a outras cidades.

Ele explicou que os agricultores reivindicam, entre outros pleitos, o parcelamento das dívidas contraídas para a produção de safras anteriores e a adoção do seguro rural, com a finalidade de protegê-los em caso de perda da produção por problemas climáticos.

– É o alerta dos produtores contra a negligência do governo em relação à agropecuária. Estamos fazendo um protesto de alerta porque não dá mais para suportar a situação – salientou.

Osmar também citou o fato de o Brasil importar trigo da Argentina e do Canadá, observando que os agricultores não querem produzir o cereal porque não têm mercado. Os moinhos, disse, preferem adquirir a farinha argentina, que está com preços mais baixos.

– Quando se importa, o emprego é gerado lá fora. Quando produzimos, geramos emprego e renda aqui. A produção do trigo no Brasil se inviabilizou – destacou o parlamentar.

Na opinião de Osmar Dias, a política do governo federal está equivocada. Ele advertiu que, se o Brasil continuar com a atual política agrícola, poderá ficar dependente do trigo argentino e canadense e terá de pagar o preço que for pedido.

– Se hoje o preço é bom para importar, daqui a dois anos seremos obrigados a importar tudo e pagar o preço que eles quiserem. Vamos pagar o preço da incompetência do atual governo – acrescentou.



Mozarildo espera que STF julgue ação contra Reserva Raposa Serra do Sol

Mozarildo denuncia falta de assistência à saúde de ianomâmis

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que os índios ianomâmis que habitam a reserva com esse nome na fronteira de Roraima com a Venezuela enfrentam uma epidemia de malária. Ele criticou o governo, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a organização não-governamental Urihi – Saúde Ianomâmi pela má qualidade da assistência à saúde desse povo indígena.

O senador apelou ainda ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que julgue o mérito das ações que contestam a criação, pelo Executivo, da Reserva Raposa Serra do Sol. Com uma extensão de 1,7 milhão de hectares, a área da reserva, segundo assinalou, abriga milhares de pequenos agricultores.



Alberto diz que operação tapa-buraco deve trazer grande economia ao país

Alberto quer fundo para reconstrução de rodovias federais

Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu ao governo federal, em discurso da tribuna, a criação de um fundo destinado a recompor a base das rodovias federais que agora estão sendo recapeadas na chamada operação tapa-buraco.

O senador piauiense sustentou que, com os recursos que o governo está gastando na operação – cerca de R\$ 440 milhões –, espera-se que boa parte da malha rodoviária brasileira apresente melhores condições para o tráfego de 2 milhões de carretas, além dos ônibus interestaduais, proporcionando economia da ordem de até R\$ 7 bilhões ao país e aos cofres públicos.

CPI dos Correios discute esboço do relatório final

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), reuniu-se ontem com o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e com o relator-adjunto, deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), para discutir o esboço do relatório final, seguindo uma série de itens elaborada pelos técnicos do colegiado, que também participaram do encontro.

Foram definidos os pontos que serão abordados e as equipes que serão responsáveis por cada um deles. O primeiro item é o valerio-duto, com as origens dos recursos. Nesse ponto, disse Serraglio, pretende-se abordar o caso do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). No item "Movimentação financeira" serão abordadas as contas de Duda Mendonça.

O chamado "Mensalão", que deverá ser analisado de forma mais consistente, constará em "Destinatários", tópico seguido pela "Relação pública do esquema Marcos Valério" (Eletronorte, Ministério do Esporte, Ministério do Trabalho, Banco do Brasil, Banco Popular, Correios, Fundacentro).

O relatório final trará ainda os resultados dos trabalhos das sub-relatorias – Contratos, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Fundos de Pensão e Normas de Combate à Corrupção, que são coordenadas, respectivamente, pelos deputados José Eduardo Cardozo (PT-SP), Carlos William (PTC-MG), Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) e Onyx Lorenzony (PFL-RS).

Serraglio informou que pretende apresentar o documento final entre os dias 15 e 20 de março.

Delcídio afirmou que vem se empenhando no diálogo com as lideranças políticas da CPI para garantir que a comissão apresente um único relatório.

– Não existe relatório paralelo. Regimentalmente, o que pode existir são votos em separado – declarou o presidente.



Segundo Delcídio Amaral, comissão deve apresentar um único relatório final

Segundo promotores de Justiça de São Paulo, não foram encontrados indícios que vinculem a morte do ex-prefeito de Campinas ao assassinato de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André



Depoimento de Fernando Vianna (E) e Ricardo Silveiras na CPI dos Bingos é acompanhado por Efraim, Garibaldi e Mozarildo

Promotores não vêem motivação política para morte de Toninho

Os promotores paulistas de Justiça, Ricardo Silveiras e Fernando Pereira Vianna Neto, ouvidos ontem pela CPI dos Bingos, afirmaram não existir prova de que o assassinato do ex-prefeito de Campinas (SP) Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, tenha sido um crime político. Segundo informaram, também não foram encontrados indícios que vinculem o caso à morte do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, que acreditam haver sido um crime de mando. Os promotores ressaltaram que nada existe que permita estabelecer ligação entre as duas mortes.

Toninho do PT foi assassinado em setembro de 2001 e Celso

Daniel, em janeiro de 2002. De acordo com Ricardo Silveiras, as mortes dos dois ex-prefeitos não apresentam semelhanças.

– A dinâmica da morte dos dois é diferente. Toninho foi morto a tiros e Celso Daniel foi vítima de torturas. As investigações indicam que aqueles que mataram Toninho haviam assaltado uma residência, tentaram assaltar alguém que dirigia um carro verde e depois foram para a avenida onde mataram o prefeito. Na época, muitos seqüestros ocorriam em Campinas – explicou Ricardo Silveiras.

Segundo os promotores, as investigações sobre a morte de Toninho não apontaram indícios de

ocorrência de caixa dois e nem desvio de dinheiro da prefeitura de Campinas. Também não indicaram interesses contrariados, ao contrário do que teria acontecido no caso Celso Daniel.

Os promotores relataram ainda que a suspensão do funcionamento de casas de bingo em Campinas foi proposta ao prefeito pela Justiça local.

– Sugerimos ao prefeito que suspendesse o funcionamento de casas de bingo e caça-níqueis em Campinas, quando ele tomou posse, mas ele não chegou a adotar essas medidas. Até agora ninguém levantou dúvidas sobre a conduta de Toninho – concluiu Ricardo Silveiras.

Ex-prefeito pode ter sido vítima de seqüestro

Muitos seqüestros ocorriam em Campinas na época em que o ex-prefeito Toninho do PT foi assassinado, em setembro de 2001. De acordo com o promotor da Justiça paulista, Ricardo Silveiras, a mesma arma usada no crime foi utilizada posteriormente por uma quadrilha liderada por Anderson de Paula Lima, o Andinho, no seqüestro de uma criança, quatro dias após a morte do ex-prefeito.

Segundo Ricardo Silveiras, os assassinos de Toninho do PT teriam usado um automóvel roubado. O carro teria sido identificado por testemunhas que presenciaram o momento em que o automóvel do ex-prefeito, um Fiat Palio, foi abalroado pelos autores do crime. O mesmo veículo chocou-se contra um carro verde e foi visto trafegando em alta velocidade pelas ruas da cidade momentos antes do crime.

Silveiras ressaltou que o local do assassinato não foi preservado de forma adequada.

– Tomamos conhecimento do crime e imediatamente fomos ao local. Havia muita gente e tinham removido o corpo. A viúva foi comunicada por meio de uma chamada feita do telefone do prefeito por um militar – disse o promotor de Justiça.

Motorista nega suposto transporte de dólares

Em duas horas e meia de depoimento ontem à CPI dos Bingos, o motorista Éder Eustáquio Soares Macedo negou ter ajudado a transportar, em 2002, os supostos dólares doados pelo governo cubano para campanhas eleitorais do PT, conforme matéria publicada pela revista *Veja*. O visível nervosismo de Éder chamou a atenção dos senadores. O presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), afirmou acreditar que o motorista foi orientado por pessoas ligadas ao PT para omitir informações. Éder trabalha como motorista do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

Segundo Efraim, os advogados do depoente são Hélio Silveira, advogado da ex-prefeita Marta Suplicy, e Estela Cristina, que presta serviço ao PT de São José dos Campos e de São Paulo.

– Não há a menor dúvida de que o PT o orientou e o blindou. Houve armação por parte daqueles que estão com medo da verdade – disse Efraim.

O presidente da CPI informou que a assessoria da comissão vai entrar em contato com a Polícia Federal e o Ministério Público para que o depoimento de Éder seja analisado.

Procurador-geral vê falha na fiscalização de contratos

As falhas na fiscalização da realização dos contratos e brechas em leis – como a de Licitações – são algumas das principais lacunas que permitem a corrupção no Brasil, na avaliação do procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado. Em depoimento à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, ele disse que mais colaboração entre os órgãos fiscalizadores pode ajudar a diminuir os desvios.

– Quem fraudava conta com a certeza de que a administração pública não tem como fiscalizar os contratos – observou.

A principal brecha para o escoamento de dinheiro, afirmou, está na execução dos contratos, pois o órgão público paga sem saber se o serviço foi prestado da melhor forma. Ele lembrou que os contratos publicitários têm no processo seletivo caráter "discricionário", que permite direcionamento.

Também há erros na lei sobre convênios, que permite triangulações na escolha de organizações não-governamentais, beneficiárias de convênios, e entre empresas que prestam serviço para as ONGs. Essas entidades, informou, recebem R\$ 2 bilhões por ano.

– Não critico o repasse de dinheiro para as ONGs, mas a escolha delas não é objetiva e há espaço para corrupção – disse.

Sigilos

Furtado defende o acesso do TCU e da Controladoria Geral da União (CGU) aos sigilos bancário e fiscal de suspeitos de corrupção, já que hoje essas informações não são compartilhadas.

Ao ser questionado por Ideli Salvatti (PT-SC) a respeito do relatório parcial da CPI dos Bingos que pede o indiciamento do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e de pessoas ligadas à estatal, Furtado observou que não sugeriria os indiciamentos de Mattoso e dos ex-presidentes Sérgio Cutolo e Emílio Carazzai.



Lucas Furtado aponta escoamento de recurso público na execução de contratos

Polêmica marca leitura, feita por Aloizio Mercadante, de carta de deputado criticando veto do governador paulista a projeto que proibiria caça-níqueis

Mercadante defende proibição de bingos e caça-níqueis

Causou polêmica no Plenário, ontem, a leitura, pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), de uma carta do deputado estadual de São Paulo Romeu Tuma Júnior (PMDB) criticando veto do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a projeto de lei estadual que proibiria máquinas de caça-níqueis em bares e restaurantes daquele estado. Mercadante argumentou que quis trazer à tona o debate sobre jogos eletrônicos e sugeriu que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos examine a possibilidade de proibição de bingos e caça-níqueis no país.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em aparte, disse ser importante, antes de tudo, verificar o motivo do veto. Por sua vez, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou ter recebido ligação do governador, durante o discurso de Mercadante, esclarecendo que o veto ocorreu por considerar o projeto inconstitucional, uma vez que, segundo Alckmin, a competência para legislar sobre o assunto seria federal e não estadual.

Mercadante, questionado por Antonio Carlos Magalhães, disse considerar que não há amparo jurídico ao veto e que essa questão poderia ter sido pretexto para uma decisão política. O senador por São Paulo destacou que Tuma Júnior é presidente da Comissão de Segurança Pública e corregedor da Assembleia Legislativa de SP. Ressaltou que leu a carta por acreditar que ela reflete o sentimento de alguns dos parlamentares de São Paulo e que objetivava apenas acender o debate sobre o assunto.

Na carta, Tuma Júnior diz “que



Para Mercadante, não há amparo jurídico ao veto à proibição de jogo em São Paulo

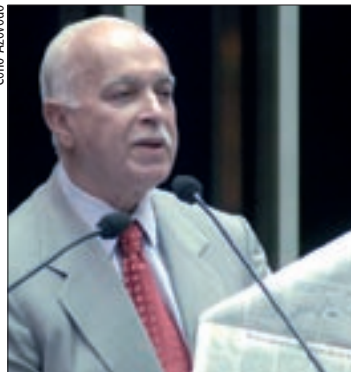
o veto pode parecer estranho, uma vez que a proibição bateria de frente com o crime organizado”. O deputado lembra que as máquinas de caça-níqueis aliciam jovens para a criminalidade.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou o fato de Mercadante só ter falado o motivo do veto depois de ser questionado. Tasso Jereissati considerou que a leitura da carta “insinuava, de maneira leviana, que Alckmin teria vetado a lei para favorecer jogadores de caça-níqueis”.

CPI

Mercadante também destacou que relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre contrato firmado em 2003 entre a GTech e a Caixa Econômica Federal para o processamento das loterias isenta a diretoria desse período de responsabilidades em irregularidades. A GTech vem sendo investigada pela CPI dos Bingos. O senador fez apelo para que a CPI aprofunde as investigações sobre a questão do jogo no Brasil.

– As denúncias contra a GTech têm que ser apuradas com responsabilidade. Tudo tem que ser investigado. Mas as acusações têm que ser feitas com rigor técnico.



ACM observa que já morreram oito pessoas ligadas ao caso Celso Daniel

ACM: governo não deseja apurar os fatos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contestou as críticas que o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), fez ao trabalho desenvolvido pela CPI dos Bingos. Segundo Antonio Carlos, a comissão “está desmascarando todos os atos lesivos ao país acobertados pelo PT”. Citou entre esses atos “crimes cometidos pelos petistas contra seus correligionários, o que já está muito claro no caso do assassinato de Celso Daniel e de Toninho do PT”.

– Em três anos, oito pessoas ligadas ao caso Celso Daniel já morreram de forma violenta. Um dos peritos que atestaram ter sido o prefeito torturado antes de ser executado também já morreu e a tese de seu suicídio, apresentada de início, já foi contestada. O que fica claro de tudo isso é que o governo não quer deixar que os fatos sejam apurados – ressaltou.

Em aparte, Mercadante afirmou que todos os esforços são feitos para apurar as responsabilidades dos assassinatos dos prefeitos.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que análise matemática da probabilidade de oito pessoas ligadas ao caso Celso Daniel morrerem em três anos é de uma em 500 trilhões, ou seja, é praticamente impossível ocorrer de forma natural, observou.

Para Jereissati, PT assume atitude "falsa e caluniosa"

Tasso Jereissati (PSDB-CE) acusou o PT e o governo de deixar de enfrentar seus problemas, optando por atribuir a seus críticos e opositores os erros denunciados por eles. Essa atitude defensiva muitas vezes assumiu, conforme o senador, característica “falsa e caluniosa”.

– “Eu sou sujo, sim, mas os outros também são; eu roubo sim, mas os outros também.” Sujou geral é a alegria do PT – afirmou Jereissati, dando sua interpretação ao que chamou de “marca registrada” da conduta dos representantes do partido governista.

O discurso de Jereissati foi uma resposta ao líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que criticou a decisão do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, de vetar lei estadual destinada a acabar com as atividades de jogo em máquinas caça-níqueis.

Conforme Jereissati, mesmo sem usar adjetivos, Mercadante tentou “deixar no ar” que o governador paulista defendia os bingos e o jogo de caça-níquel. Pouco antes, Tasso já havia subido à tribuna para defender o governador. Disse que o veto foi adotado para corrigir inconstitucionalidade na lei, uma vez que a regulamentação de jogos de azar é competência federal. Criticou o líder governista por, de acordo com ele, ter deixado de mencionar que esse teria sido o motivo.

– A maldade foi feita bem ao gosto do estilo malicioso do PT, justo por aqueles que deixaram de enfrentar o bingo.

Mensagem de Lula

Para reforçar suas críticas, Jereissati apresentou da tribuna cópia da mensagem presidencial enviada ao Congresso no início



Tasso acusa PT de atribuir à oposição os erros que ela denuncia

do governo Lula defendendo a regulamentação dessa modalidade de jogo. O governo, disse, em nenhum momento, admitiu que a iniciativa foi um erro e que, na articulação da proposta, estava envolvida uma gangue, dela fazendo parte Valdomiro Diniz, então assessor do ainda ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Para Jereissati, teria sido mais digno e muito melhor para o país se o governo e o PT tivessem investigado as denúncias levantadas contra suas instâncias, em vez de tentar ficar descobrindo nos outros problemas semelhantes.

– É esse cinismo que coloca o país de quatro, arrasado e descrente, com a mesma cara de pau, sem dizer “erramos e vamos construir uma coisa nova, nós que somos íntegros”. Estão fazendo estradas sem licitação, com o mesmo jogo, a mesma desfaçatez. Não dá mais para agüentar isso. E eu, que tenho grande apreço pessoal pelo Mercadante, digo que não dá mais para lhe agüentar. Tchau, Mercadante.

O líder manifestou apreço a Jereissati e disse esperar que o tucano não tenha manifestado o desejo de um rompimento pessoal.



Ideli diz que CPI do Banestado apontou jogo como maneira de “lavar” dinheiro

Ideli: bingos devem ser proibidos ou rigorosamente fiscalizados

Ideli Salvatti (PT-SC) esclareceu sua posição sobre a legalização dos jogos no país. Ela se disse favorável a que o jogo seja proibido definitivamente ou regulamentado de uma forma que permita rigorosa fiscalização. Em debate realizado pela manhã no Plenário, quando participava de reunião de CPI, a senadora

fora citada como autora de uma proposição que trata da regulamentação dos bingos.

Ideli disse que apresentou o projeto propondo a regulamentação dos bingos a partir do trabalho desenvolvido pela CPI do Banestado, que apontou o jogo como uma das maneiras de “lavar” dinheiro.

– Meu objetivo era estabelecer controle sobre estes bilhões que circulam nas casas de jogos – disse a senadora, frisando que o projeto determinava a comunicação de qualquer prêmio pago à Receita Federal e ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf).

Ideli acrescentou que requereu

o arquivamento da sua proposta no instante em que o presidente Lula assinou medida provisória determinando o fechamento de todas as casas de bingo do país. A parlamentar, que na época era líder do PT, o partido do presidente, entendeu que era, então, incompatível ter um projeto regulamentando a atividade.



Para Antero de Barros, operação tapa-buraco reforça o caixa do PT

Antero sugere limitações para doações aos partidos

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) anunciou ontem que pretende apresentar projeto de lei destinado a proibir as doações eleitorais por parte de empresas que participem de obras públicas sem terem se submetido a uma prévia licitação.

– Essa operação tapa-buracos é, na verdade, uma operação tapa-buraco do caixa do PT – disse.

Ele considerou deslegante a atitude do líder Aloizio Mercadante (PT-SP), de criticar o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, sem antes avisar a liderança do PSDB. Segundo Antero, não havia nenhum parlamentar do PSDB em Plenário no momento em que Mercadante questionou o veto (veja matéria na página 5).



José Jorge cita como exemplo denúncias feitas por economista à CPI dos Bingos

Para José Jorge, CPIs estão no rumo certo

Ao discursar ontem como líder da Minoria, o senador José Jorge (PFL-PE) tomou como exemplo as denúncias feitas pelo economista e ex-petista Paulo de Tarso Venceslau à CPI dos Bingos, para afirmar que os recentes depoimentos às comissões comprovam que as CPIs estão seguindo uma linha certa de investigação. Venceslau confirmou aos membros da CPI dos Bingos as denúncias da existência de um esquema de arrecadação ilegal de dinheiro nas cidades administradas pelo PT.

– Essas denúncias demonstram que o modo petista de pensar inclui a dilapidação do erário – reiterou José Jorge.

Patrícia Saboya defende projeto de sua autoria que destina ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente os recursos desviados ilicitamente. Ela criticou o orçamento para o setor

Dinheiro público recuperado pelo Estado poderá ajudar as crianças

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) defendeu, ontem, a aprovação do projeto de lei do Senado (PLS 393/05) de sua autoria que destina ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente o dinheiro público desviado ilicitamente que for recuperado pelo Estado.

– Os recursos destinados a esses fundos não têm sido suficientes para garantir o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, pois as dotações orçamentárias para eles têm sido irrisórias – justificou a senadora. Ela afirmou que, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2000 apenas 0,6% das empresas brasileiras que poderiam doar recursos para os fundos da criança e do adolescente, recebendo



Patrícia Saboya afirma que recursos destinados ao fundo não são suficientes

descontos no Imposto de Renda, realizaram essas doações.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) lembrou que é relator de um projeto (PLC 51/04) que flexibiliza as regras de doação, o que poderá ajudar na arrecadação de recursos. O presidente do Senado, Renan Calheiros,

parabenizou Patrícia Saboya pela iniciativa. Leonel Pavan (PSDB-SC) enfatizou a importância de se cuidar da infância e da adolescência, lembrando que todos os dias morrem crianças por falta de assistência médica e saneamento básico. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apoiou o projeto dizendo que destinar o dinheiro dos corruptos para a infância é a melhor solução.

Heloísa Helena (PSOL-AL) também aplaudiu o projeto e disse que é “farsa técnica” dizer que o Estado não tem condições de atender a todas as crianças, fazendo um apelo para que o Congresso fiscalize com mais eficiência a execução do Orçamento, garantindo o uso correto do dinheiro destinado a essa parcela da população.

Motta defende políticas adotadas por Juscelino

Ao homenagear o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o senador João Batista Motta (PSDB-ES) disse que o ano eleitoral é o momento propício para discutir políticas públicas claras e projetos definidos, a exemplo do que fez JK quando dirigiu o país. Motta, que parabenizou a TV Globo pela minissérie sobre o ex-presidente, lembrou que depois de JK nenhum outro presidente chegou ao fim do mandato cumprindo as promessas de campanha.

– Mais do que nomes, precisamos definir um projeto de desenvolvimento. Precisamos de políticas públicas capazes de pôr fim às desigualdades regionais e sociais – afirmou.

O senador lembrou que JK resgatou o orgulho nacional ao fazer o Brasil avançar “com base em um audacioso plano de desenvolvimento”. Ele acrescentou que o brasileiro precisa ficar atento na hora da escolha de seus representantes, “sobretudo quanto aos mentirosos e despreparados”.

Ainda em seu discurso, Motta lamentou o falecimento do deputado estadual Edson Vargas, do Espírito Santo, vítima de acidente na BR-101.



Simon ressalta que PMDB pode oferecer uma boa opção ao eleitorado

Simon quer candidato próprio à Presidência

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem que o partido registre candidato próprio para as eleições presidenciais deste ano. Simon acredita que, após dois governos de Fernando Henrique Cardoso e quatro anos de governo Luiz Inácio Lula da Silva, chegou a hora de os peemedebistas oferecerem uma opção ao eleitorado, “nem que seja vista como uma terceira via”, disse.

Para Simon, além do governador Germano Rigotto, há ainda outros nomes, como o ex-governador Anthony Garotinho, o governador Jarbas Vasconcelos, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e os ex-presidentes da República José Sarney e Itamar Franco.

Aelton pede que disputas fiquem em segundo plano

O senador Aelton Freitas (PL-MG) apelou, em Plenário, para que a disputa eleitoral fique em segundo plano até o início das campanhas, de modo que o governo se concentre nos grandes desafios que tem à frente em 2006, como a política agrícola, a geração de empregos, a queda da taxa de juros e a recuperação das rodovias federais.

Para Aelton, independentemente de o presidente Lula ter ou não a pretensão de se reeleger, a preocupação do governo deve ser a de que 2006 termine com um panorama mais favorável que 2005, com a correção de rumos nos campos administrativo e gerencial.

Aelton defendeu a adoção de medidas práticas para resolver a situação dos produtores “atolados em dívidas” e preocupados com a volta da febre aftosa.

O senador citou estimativas de novo recorde na produção de grãos e de condições de negociação comercial bastante favoráveis no mercado internacional em 2006, e pediu mais recursos para garantir uma defesa sanitária eficiente e o financiamento da produção.



Heloísa diz que prática favorece "gângues partidárias de bajuladores do governo"

Heloísa acusa governo de fazer "balcão de negócios"

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) reclamou seriedade do governo na liberação e distribuição de recursos previstos nas emendas individuais dos parlamentares no Orçamento da União. O governo Lula, disse a senadora, “repete a metodologia delinqüente do governo de Fernando Henrique de transformar o Orçamento num balcão de negócios, favorecendo somente as bancadas que lhe dão apoio”.

– Fui líder do PT no governo FHC e, naquele período, protestei veementemente contra essa prática suja que favorece as gângues partidárias formadas por bajuladores do governo – lembrou a senadora, protestando pelo fato de suas emendas individuais até agora não terem sido liberadas.



Flexa Ribeiro critica transferência de recursos entre os programas

Para Flexa Ribeiro, governo faz mau uso do Bolsa-Família

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acusou o governo federal de fazer “uso eleitoral” do Bolsa-Família, programa de transferência de renda que visa atender às famílias pobres. Ele também criticou a proposta orçamentária do Executivo, que transferiria recursos de outros programas – como o de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) – para o Bolsa-Família.

– Ninguém é contra o Bolsa-Família, que, aliás, conta com nossa aprovação. Mas não podemos aceitar seu uso eleitoral, assistencialista, que pereniza a pobreza – afirmou Flexa Ribeiro.



Deputado Wasny de Roure (de pé) apresenta relatório alterado por pressão da oposição

Aprovada proposta orçamentária para Educação, Cultura e Esporte

A Comissão de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório setorial de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e Esporte, após as alterações realizadas pelo relator, deputado Wasny de Roure (PT-DF), em atendimento a reivindicações dos partidos da oposição. Wasny ampliou os recursos para emendas de bancadas estaduais e destinou mais R\$ 30 milhões para as obras dos Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro.

Na reunião da CMO foi discutido também o relatório setorial de Trabalho, Previdência e Assistência Social. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e outros parlamentares da comissão criticaram duramente o governo por retirar recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) em benefício do Bolsa-Família, implantado pelo

presidente Lula.

Lúcia Vânia acusou o governo de mutilar o projeto, criado no governo Fernando Henrique Cardoso e premiado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ela disse que o fim da concessão de bolsas impedirá a permanência das crianças na escola durante todo o dia.

– Com o Peti conseguimos tirar mais de 2,5 milhões de crianças do trabalho forçado. A criança para permanecer na escola e ter sucesso precisa de acompanhamento e monitoramento. O Bolsa-Família, que é um programa massivo, não consegue isso – alertou a senadora.

A CMO volta a se reunir na próxima terça-feira, às 10h30. Antes, os líderes deverão firmar acordo para a votação do relatório setorial de Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Comissão de Orçamento recebe mais dois relatórios setoriais

A Comissão de Orçamento recebeu mais dois relatórios para a Lei Orçamentária de 2006, das áreas de Trabalho, Previdência e Assistência Social, e de Integração Nacional e Meio Ambiente. Os textos foram publicados ontem na página da comissão na Internet (<http://www.camara.gov.br/internet/comissao/>).

O relatório de Trabalho, Previdência e Assistência Social, do senador João Ribeiro (PL-TO), recomenda que o salário mínimo seja de, pelo menos, R\$ 340.

Para o Ministério da Previdência Social, a dotação é de R\$ 168 bilhões – aumento de 15,2% em relação a 2005. Mais de 95% dos recursos vão para o pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência e o déficit previdenciário saltaria de R\$ 38,5 bilhões em 2005 para R\$ 46,1 bilhões em

2006. Considerada a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) vinculada à Previdência, a necessidade de aporte pelo Tesouro cai para R\$ 37,6 bilhões.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome teria R\$ 19 bilhões em 2006, 20,5% a mais que em 2005. O programa Bolsa-Família abarca 80% dos recursos. Para o Ministério do Trabalho e Emprego, o relatório destina R\$ 4,2 bilhões, 14,6% a mais do que em 2005.

O relatório de Integração Nacional e Meio Ambiente, do deputado José Chaves (PTB-PE), prevê R\$ 6,6 bilhões para o Ministério da Integração Nacional, 9,3% a mais que em 2005, e R\$ 2 bilhões para o Ministério do Meio Ambiente, aumento de 8% em relação a 2005.

Projeto que define objetivos da Política Energética Nacional para o setor e institui o Operador do Sistema Nacional do Gás Natural está na pauta da convocação extraordinária do Congresso

Tourinho discute com ministro marco regulatório do gás natural

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) recebe hoje, às 8h30, em seu gabinete no Senado, o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, para discutir o projeto que estabelece marco regulatório para o gás natural.

Tourinho é o autor da matéria (Projeto de Lei do Senado 226/05), que está na pauta da convocação extraordinária e aguarda apresentação de parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator é o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O projeto aponta os objetivos da Política Energética Nacional para o gás natural e delimita as regras de importação, exportação, processamento, transporte,

armazenagem, distribuição e comercialização. Também institui o Operador do Sistema Nacional de Gás Natural, com sede em Salvador, com o objetivo de promover o uso eficiente de gasodutos e unidades de armazenamento.

O autor da proposta classifica o novo marco regulatório como “de fundamental importância para o desenvolvimento da economia nacional”, uma vez que a ausência de um regime legal específico estaria inibindo os investimentos.

O senador observa que o gás natural representa atualmente 8% da matriz energética brasileira, muito pouco se comparado com a média mundial, de 24%.

Segundo Tourinho, a indústria do gás não foi tratada com o “devido detalhamento” na Lei do Petróleo, de 1997, que regulamentou a flexibilização do monopólio estatal.

“A Lei do Petróleo tornou-se instrumento legal insuficiente para desenvolver a indústria do gás natural e inadequado para o exercício de algumas de suas atividades, sobretudo aquelas sujeitas aos chamados monopólios naturais, como o transporte por gasodutos, cujos regimes estão a necessitar de urgente revisão que elimine conflitos imprevistos e que permita uma maior concorrência na comercialização do produto”, defende o senador na justificativa do projeto.



Rodolpho Tourinho afirma que governo já está contratando energia emergencial

Tourinho: leilão de energia não resolveu questão no Nordeste

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) fez um alerta sobre os problemas de energia elétrica que a região Nordeste enfrenta.

Segundo o senador, a maior prova dessa realidade é o fato de o governo já estar contratando energia emergencial para a região, três anos antes do previsto no cronograma do novo modelo do setor elétrico, elaborado pelo Executivo federal.

Para Tourinho, os resultados do recente leilão de energia elétrica realizado pelo governo federal não foram bons, porque somente 26% dos lotes negociados referiam-se a energia nova, proveniente de novos empreendimentos.

– É essa energia que é desejável, porque significa expansão das fontes do sistema energético do país – observou.

Raupp defende criação do gasoduto Urucu-Porto Velho

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao governo que invista na construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, que levará gás do Amazonas a Rondônia e ao Acre. O senador lamentou o adiamento da obra e o prejuízo que a recente criação de um parque nacional em Rondônia causou ao empreendimento.

– Precisamos compatibilizar o crescimento com a preservação do meio ambiente – afirmou.

O gasoduto, da Petrobras, terá 522 quilômetros de extensão. O custo previsto é de US\$ 250 milhões, e mais de 90% do projeto passa pelo estado do Amazonas.

Leonel Pavan (PSDB-SC), em aparte, defendeu a preservação ambiental e os projetos de desenvolvimento. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) lembrou que a luta para a instalação desse gasoduto foi longa. Sibá Machado (PT-AC) sugeriu debate para encontrar uma solução.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse acreditar que “não se quer construir o gasoduto”. Jefferson Péres (PDT-AM) informou que desde 1996 “tudo ficou pronto para a construção”, que, no entanto, até agora não foi concluída.



Ana Júlia agradeceu ao presidente Lula os recursos para o complexo viário

Concluídas no Pará obras do Entroncamento

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) agradeceu ao presidente Lula a liberação de R\$ 10,2 milhões, frutos de emendas da bancada de seu estado ao Orçamento da União em 2003. Os recursos liberados, disse ela, garantiram a conclusão do Complexo Viário do Entroncamento, na entrada de Belém (PA).

– Conseguimos um belo presente, não apenas para a capital do estado, que comemorou 390 anos em 12 de janeiro, mas também para todo o Pará – comemorou.

Ana Júlia destacou que as obras começaram em 2001, no governo anterior, e que nos anos de 2002 e 2003 nem 5% do empreendimento foi construído.

Sugestão de Eduardo Suplicy será debatida pelos presidentes da CRE, Roberto Saturnino, e do Senado, Renan Calheiros



Senadores debatem futuro da participação brasileira na missão de paz no Haiti

Comissão poderá enviar observador às eleições do Haiti

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) poderá enviar um observador às eleições gerais do Haiti, previstas para 7 de fevereiro. A possibilidade será tema de conversa entre o presidente do colegiado, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), e o presidente do Senado, Renan Calheiros, a partir de sugestão nesse sentido apresentada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

As viagens internacionais de parlamentares estão suspensas durante o período de convocação extraordinária, mas a importância do evento poderá ajudar a abrir uma exceção a essa regra.

Também elaborado por Suplicy, desta vez em conjunto com o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), um requerimento de convite ao professor gaúcho Ricardo Seitenfus para uma audiência pública foi aprovado pela comissão. Sei-

tenfus viajou nesta semana para o Haiti, onde permanecerá alguns dias após as eleições, e já aceitou informalmente participar de um debate com os senadores da CRE a respeito do tema.

Saturnino convocou a reunião de ontem para colocar em discussão o futuro da participação brasileira na missão de paz no Haiti.

– A questão que se coloca é o que fazer se, mesmo após as eleições, a paz não se instaurar no Haiti. Talvez seja o caso de o Brasil sugerir à ONU um rodízio no comando da missão – opinou.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o governo brasileiro acertou ao participar de uma missão destinada a garantir a paz no “país mais pobre das Américas”. Não deveria, porém, manter as tropas indefinidamente no Haiti, até para evitar perdas de vidas de soldados brasileiros.

Grandes temas internacionais serão objeto de novos debates

Assim como o futuro da presença brasileira na missão de paz da Organização das Nações Unidas no Haiti, outros temas da realidade internacional deverão ser debatidos em reuniões especiais da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional neste ano. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, senador Roberto Saturnino.

O êxito econômico de países como o Chile e o México foi incluído pelo senador entre os temas que poderão ser analisados pelo colegiado. Saturnino recordou o sucesso de uma audiência pública recentemente realizada pela CRE

a respeito do potencial de desenvolvimento econômico do Brasil, com a participação do sociólogo Hélio Jaguaribe e do embaixador Rubens Ricúpero.

A sugestão de reuniões para discussão de temas importantes da realidade internacional partiu do senador Jefferson Péres, que incluiu entre assuntos que poderiam ser examinados o recente veto dos Estados Unidos à venda de aviões brasileiros para a Venezuela e a denúncia de que a Itaipu Binacional estaria livre de controle externo e não prestaria contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Serys defende construção de gasoduto

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu ontem, em Plenário, a assinatura de um acordo entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Néstor Kirchner (Argentina) e Hugo Chávez (Venezuela) visando à construção de um gasoduto que atravesse os três países. Lula, Kirchner e Chávez se reuniram ontem em Brasília.

A parlamentar disse que o gasoduto – se confirmado o acordo – teria cerca de 10 mil quilômetros de comprimento e poderia receber o nome de Petrosul. Segundo a Agência Brasil, estimativas iniciais apontam prazo de seis anos para que as obras sejam concluídas, a um custo de US\$ 17 bilhões a US\$ 25 bilhões.

Ao destacar a importância da produção de soja de Mato Grosso, Serys afirmou que o gasoduto deveria atravessar essa região.

– Meu estado precisa de uma fábrica de fertilizantes, e, para isso, necessita de gás – declarou.

Aglomerado urbano

Serys também propôs a consolidação do “aglomerado urbano” que envolve a capital de Mato Grosso, Cuiabá, e o município de Várzea Grande. Conforme a senadora, esse aglomerado foi criado em 2001 por meio de lei complementar, “mas ainda não foi corretamente implementado devido ao descaso das autoridades”.

– Há questões relativas ao transporte público, ao saneamento e ao abastecimento de água, entre outras, que precisam ser tratadas dentro das estruturas do aglomerado – ressaltou a senadora.



Serys: gasoduto atravessando Argentina, Brasil e Venezuela deve passar por Mato Grosso

Um dos campeões de crescimento na América Latina e no Caribe, o Chile promoveu nos dois últimos anos forte alta na renda per capita. Ela saltou de US\$4.568 em 2003 para US\$7.300 em 2005.

Onde o PIB cresce mais

País	Estimativa	Projeção
	2005	2006
Venezuela	9,0%	5,5%
Argentina	8,6%	6,0%
República Dominicana	7,0%	5,0%
Brasil	2,5%	3,0%

Fonte: Cepal

Jefferson Péres: Brasil deve copiar modelo de desenvolvimento do Chile

Jefferson Péres (PDT-AM) sugeriu que o Brasil se inspire no modelo econômico colocado em prática no Chile nos últimos 16 anos, que possibilitou seu desenvolvimento. O senador propôs ainda que o presidente do Senado, Renan Calheiros, compareça à posse de Michelle Bachelet, eleita presidente do Chile no último fim de semana, prevista para 11 de março.

– O contato com o Chile vai fazer com que a classe política brasileira dê um salto, e colocará o debate no país em um outro nível. Toda a classe política brasileira deveria se debruçar sobre a única experiência exitosa neste mar de corrupção e de instabilidade que é a América Latina – afirmou o senador.

O Chile, apesar de ter passado por uma ditadura militar mais violenta e repressiva do que a brasileira, apresenta crescimento econômico médio de 6% ao ano, de forma contínua, com exceção de 1999, ano em que passou por uma crise. Jefferson disse ainda que, em 1990, 40% dos chilenos viviam abaixo da linha de pobreza e que hoje esse índice caiu para 18%. Ele informou também que o banco central daquele país



Jefferson resalta crescimento econômico médio de 6% do país sul-americano

tem autonomia.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) lembrou que o Chile, diferentemente do Brasil, fez primeiro a abertura econômica e depois a política, com êxito nos dois processos.

Ao se posicionar sobre o assunto, o senador Renan Calheiros frisou que o Brasil teria muito a ganhar, caso a reflexão de Jefferson sobre o tema – que o presidente definiu como qualificada – fosse levada à discussão da sucessão presidencial.

Para o senador Gerson Camata (PMDB-ES), essa reflexão deveria ser feita também pelo Itamaraty, e não apenas pelo Senado.

Momento é ideal para o crescimento do Mercosul, afirma Sibá Machado

Sibá Machado (PT-AC) afirmou que o momento político atual é propício para que outros países se somem ao Mercosul. Na opinião de Sibá, países como Chile, Bolívia e Peru poderiam tornar-se membros plenos do bloco econômico do qual já fazem parte Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela. Ele disse sonhar com todos os países da América do Sul unidos em um único bloco econômico.

Sibá registrou a inauguração, amanhã, de uma ponte ligando o Acre ao Peru como um dos sinais concretos da integração dos países sul-americanos. O senador parabenizou o governo do ex-presidente da República José Sarney pela



Sibá sonha com todos os países da América do Sul unidos em um único bloco econômico

compreensão da necessidade de se construir o bloco econômico do Mercosul, e elogiou a economia brasileira por superar diversas fases difíceis.